



Diretrizes de incentivos para políticas públicas em

# TURISMO SUSTENTÁVEL NO ESTADO DE MATO GROSSO

CONCEPÇÃO E ESTRUTURA

SEDEC  
Secretaria  
de Estado de  
Desenvolvimento  
Econômico



Governo de  
**Mato  
Grosso**



**PAGE**

**ONU**   
programa para o  
meio ambiente



Serviço de Apoio às  
Micro e Pequenas Empresas  
Mato Grosso



# FICHA TÉCNICA

## GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

### Mauro Mendes Ferreira

Governador do Estado de Mato Grosso

### Otaviano Pivetta

Vice-Governador do Estado de Mato Grosso

### Cesar Alberto Miranda Lima dos Santos Costa

Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico

### Jefferson Preza Moreno

Secretário Adjunto de Turismo

### Diego Augusto Orsini Beserra

Analista de Desenvolvimento Econômico e Social –  
Turismólogo

### Leandro Carvalho Lima

Analista de Desenvolvimento Econômico e Social –  
Turismólogo

## PARCERIA PARA AÇÃO PELA ECONOMIA VERDE (PAGE)

## PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA)

### Denise Hamú de La Penha

Representante do PNUMA no Brasil

### Regina Cavini

Oficial de Programas Sênior

### Elisa Dettoni

Gerente de Projetos

### Camila Cavallari

Analista de Programas

### Katrina Junghwa Kim

Voluntária

## COORDENAÇÃO LOCAL

### Eduardo C. Chiletto

Coordenador Nacional de Projeto

### Marcela Gaiva

Assistente de Projeto

## SEBRAE/MT

### Jandir José Milan

Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae/MT

### José Guilherme Barbosa Ribeiro

Diretor-Superintendente

### Eliane Ribeiro Chaves

Diretora-Técnica

### Eneida Maria de Oliveira

Diretora-Administrativa

### Ricardo William Santiago

Gerência de Macrossegmentos

### Suênia Sousa

Gerência do Centro Sebrae de Sustentabilidade

### Luanna Pollyana da Silva S. Duarte

Analista do Projeto

### Marisbeth Maria Gonçalves

Analista do Projeto

### Regina Lídia Uliana de Souza

Assistente do Projeto

Consultores:

### Alexandre Eliasquevitch Garrido

Sextante Consultoria

### Ana Carolina Borges Pinheiro

A1 Soluções em Turismo e Sustentabilidade







# Introdução

O turismo é uma atividade econômica que gera valor a diversas outras atividades como transporte, alimentação, recreação e entretenimento, locação de bens móveis, entre outros. O turismo tem um papel decisivo na economia regional e integra diversos atores de desenvolvimento como governos, comunidades, iniciativa privada, entidades de classe, profissionais e empresários de diferentes segmentos e agências reguladoras.

Essas características imprimem contornos ao seu desenvolvimento de tal forma que, independentemente do território em que se apresente, há questões fundamentais que fazem parte de consenso geral, como o sistema de governança, a relação poder público e iniciativa privada, a visão de longo prazo e o alinhamento de estratégias, as políticas públicas e o engajamento da comunidade.

De acordo com o Guia de Desenvolvimento Sustentável da Organização Mundial de Turismo (OMT), a implementação das políticas e dos planos turísticos exige várias abordagens e técnicas. As recomendações de planejamento devem ser passíveis de execução e os caminhos para consolidá-las precisam ser considerados ao longo do processo. A implementação é responsabilidade tanto do governo quanto do setor privado e os seus respectivos papéis neste planejamento precisam ser claramente definidos. O compromisso político pelo desenvolvimento do turismo, de modo planejado e sustentado, é essencial para proporcionar a base para a sua efetivação.

Os papéis do setor público no desenvolvimento turístico são, via de regra, a política de turismo, o planejamento e a pesquisa. Com isso é possível garantir uma infraestrutura básica de turismo que desenvolve atrativos turísticos, fixa e administra padrões para instalações e serviços turísticos, estabelece e administra regulamentos. Além disso, também é papel do setor público oferecer incentivos para atrair investimentos do setor privado ou mesmo arriscar-se em conjunto com o setor privado em projetos de desenvolvimento do turismo. Ainda, segundo a OMT, cabe ao poder público assumir a liderança no gerenciamento do setor turístico, como um facilitador do desenvolvimento do turismo e das regiões.



O setor privado é geralmente responsável pela oferta dos serviços (hospedagem, agenciamento de viagens, operações de passeios, transporte de passageiros, alimentação e outros), por empreendimentos turísticos, pela infraestrutura do local a eles relacionada, por alguns atrativos turísticos e por algumas atividades de marketing. Ele também pode ditar os padrões de qualidade da indústria turística local, por intermédio de associações de classe ou de outras entidades, como as organizações não governamentais.

O que fortalece a integração público-privada, trazendo benefícios aos interessados e minimizando os impactos negativos, é a política

pública. Entendida como um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção, a política pública fornece uma estrutura de tomada de decisão coletiva e individual, que afeta diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de um destino.

O papel das políticas públicas de turismo é o de definir os termos do funcionamento do turismo, dar direção e orientação comum para todos os interessados no setor, facilitar o consenso de estratégias e objetivos para o destino turístico, fornecer estrutura para discussões públicas sobre o papel de cada grupo de atores sociais envolvidos e permitir que o





turismo estabeleça, de forma efetiva, interfaces com outros setores da economia.

O Estado de Mato Grosso possui quatro polos turísticos de exuberante beleza: a Floresta Amazônica, com a diversidade de fauna e flora; o Pantanal, a maior planície alagável do planeta, com uma das maiores biodiversidades de animais do mundo; o Cerrado, com chapadões, grutas e belíssimas cachoeiras; e a região do Araguaia, com o misticismo da Serra do Roncador combinados com as praias de água doce do Rio Araguaia.

Nos quatro polos, a hospitalidade do povo é marcante, aliada com rico patrimônio históri-

co, sobretudo em Cuiabá, MT, e também diversificada gastronomia regional, que tem como base principal o peixe, acompanhado com os sabores, frutos e temperos da terra.

O potencial e vocação de turismo de natureza do Estado, aliados à força da cultura e da gastronomia locais, são fatores de relevante oportunidade para a promoção de uma nova abordagem de desenvolvimento do turismo na região.

As políticas públicas podem ser desenvolvidas para resolver um problema, mas também para construir uma solução, que é o que se pretende neste caso com a promoção do turismo sustentável no Estado de Mato Grosso.











## Diretrizes para turismo sustentável

Com o objetivo de fundamentar a construção de uma política pública efetiva de desenvolvimento de turismo sustentável, o Estado de Mato Grosso estabelece “Diretrizes para o desenvolvimento de turismo sustentável” considerando:

- os princípios do turismo sustentável, atualmente em desenvolvimento na International Organization for Standardization (ISO);
- os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas; e
- a visão das partes interessadas do Estado de Mato Grosso.



# Diretrizes para o desenvolvimento de turismo sustentável no Estado de Mato Grosso

1

## **Desenvolver o turismo sustentável**

Planejar e desenvolver o turismo com base nos princípios de turismo sustentável e nos objetivos de desenvolvimento sustentável.

2

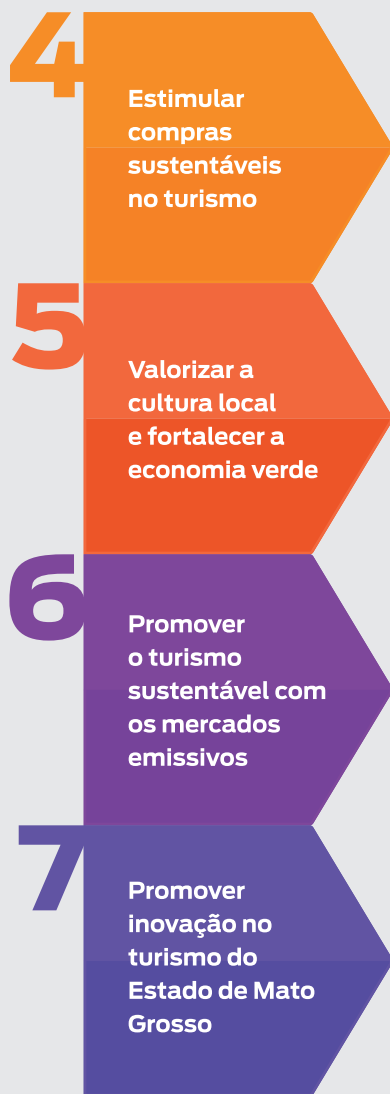
## **Fortalecer sistemas de governança e parcerias**

Promover e estimular sistemas de governança municipais e regionais entre poder público, iniciativa privada e comunidade local para o desenvolvimento sustentável.

3

## **Reconhecer as práticas e certificações de turismo sustentável**

Incentivar e valorizar a adoção de práticas e certificações de turismo sustentável na cadeia produtiva do turismo.



Adotar práticas de aquisição de produtos e serviços sustentáveis na cadeia produtiva do turismo.

Promover a cultura local, gerando renda para as comunidades (indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros) e estimular a criação de empregos verdes.

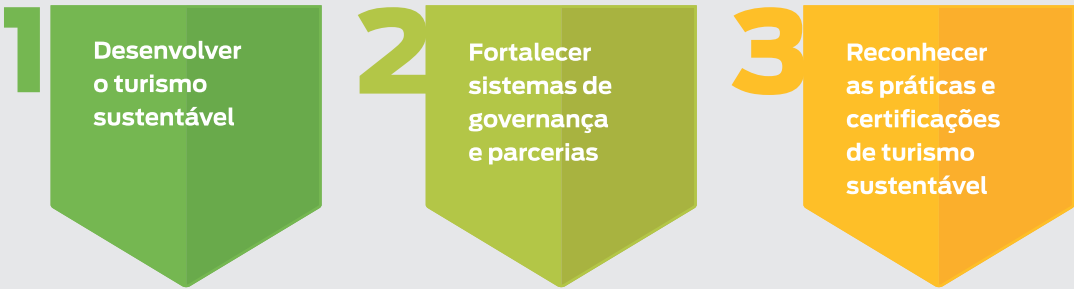
Desenvolver plano de marketing e ações específicas de promoção turística com abordagem de turismo sustentável.

Identificar, organizar e disseminar informações qualificadas de oferta de produtos e serviços para o mercado, ampliando a visibilidade e facilitando o acesso aos destinos turísticos do Estado de Mato Grosso.





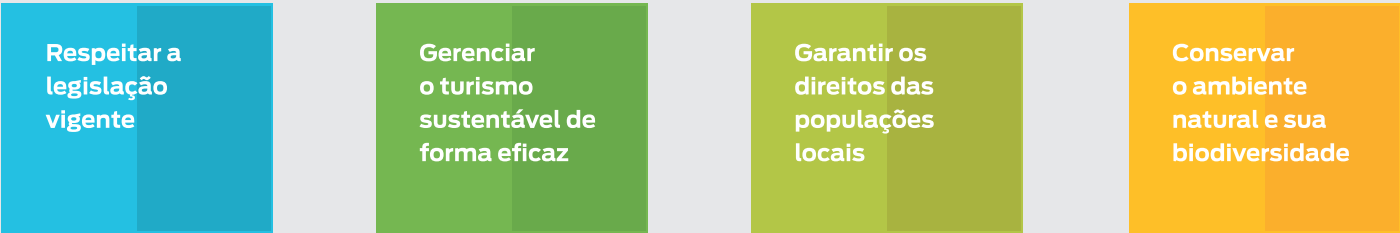
Diretrizes para o desenvolvimento de turismo sustentável no Estado de Mato Grosso



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Princípios de turismo sustentável



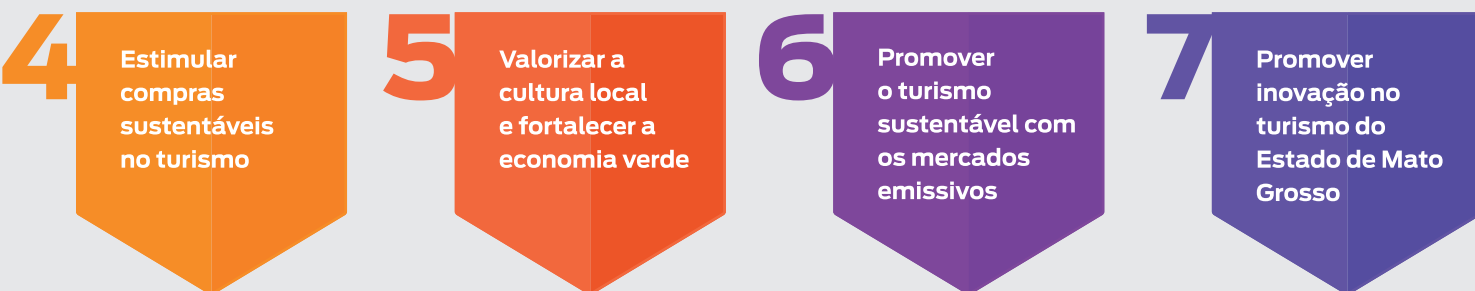


Figura 1 – Desdobramentos dos princípios de turismo sustentável e dos objetivos de desenvolvimento sustentável em diretrizes de turismo sustentável do Estado de Mato Grosso.





## Engajamento das partes interessadas

O sucesso na aplicação de política pública de desenvolvimento de turismo sustentável depende do estabelecimento de um processo constante de engajamento das partes interessadas. É essencial manter cooperação entre os setores público e privado ao longo do planejamento e da implementação, de modo que o desenvolvimento seja coordenado e direcionado para o alcance de objetivos comuns.

A criação de consultoria turística ou comitê coordenador, compreendendo representantes da gestão pública e do setor privado, comunidade local e outras partes interessadas, é mecanismo organizacional comumente utilizado para estabelecer essa coordenação. Esse órgão deve se reunir regularmente para refletir sobre questões turísticas de interesse mútuo, alinhamento e troca de ideias e informações, contribuir para a solução de problemas, diálogo com autoridades responsáveis, coordenar o patrocínio conjunto de projetos, entre outros.

É recomendado que esse funcionamento seja realizado no âmbito estadual, mas também deve ser promovido nos municípios turísticos e com potencial turístico de forma descentralizada, criando uma aliança entre todos os níveis de governo, fortalecendo as relações e construindo estratégias comuns de desenvolvimento.



## Incentivos à sustentabilidade

O turismo é uma atividade econômica singular que, entre tantas características, tem a capacidade de se conectar a diversos outros segmentos da economia e impactar, usando-os como recursos e criando, ao mesmo tempo, grande interdependência. Além disso, o turismo depende tanto de infraestrutura e serviços públicos quanto privados, o que torna seu desenvolvimento um desafio coletivo de diversos atores, sejam de governos (nacional, regional e local), da iniciativa privada e da comunidade local.

O desenvolvimento do turismo é algo complexo e desafiador, cujas relações e interdependências dos atores são centrais em qualquer direção que esse desenvolvimento se dê. A estrutura de governança público-privado é indissociável de qualquer processo de definição de estratégia, posicionamento, comercialização e fortalecimento do turismo, principalmente do turismo sustentável.

Nesse contexto, o poder público tem diversas responsabilidades que precisam ser assumidas, como o de garantir investimento na infraestrutura pública, na melhoria da qualidade dos serviços públicos, na comercialização do destino turístico, na liderança da governança local, entre outros. Contudo, há uma função específica que fortalece e, principalmente, direciona o desenvolvimento do turismo para o caminho escolhido, que é a de estabelecer políticas públicas com foco em incentivos.

Além de direcionar o desenvolvimento, os incentivos, sejam eles fiscais, financeiros ou de marketing, podem criar ambientes e cenários econômicos favoráveis e dinamizar os processos de investimentos e de obtenção de resultados.

Foram identificados dois tipos de incentivos, de marketing e econômicos, possíveis de serem adotados pelo Estado de Mato Grosso para a implementação das diretrizes de turismo sustentável estabelecidas no capítulo 2 deste documento.

## I. INCENTIVOS DE MARKETING

### a. Premiar as empresas que adotam práticas sustentáveis e as empresas certificadas

#### • Objetivo

Este mecanismo tem como função principal a criação da cultura de sustentabilidade no Estado de Mato Grosso, estimulando a adoção de práticas e iniciativas de sustentabilidade e a busca de certificações que atestem a sustentabilidade. Isto poderia induzir tanto a iniciativa privada quanto o poder público local na implementação do turismo sustentável.

#### • Atividades

A adoção deste incentivo inclui o desenvolvimento de um processo de premiação, a definição de critérios técnicos, do prêmio a ser concedido e da concepção do evento de premiação e o estabelecimento dos instrumentos para divulgação do prêmio, inscrição, análise das iniciativas de sustentabilidade e avaliação por júri técnico.

#### • Riscos

Os principais riscos associados a esse tipo de iniciativa são: baixa adesão do público-alvo, baixa quantidade e/ou qualidade das iniciativas de sustentabilidade existentes, poucas empresas certificadas, validar empresas que

eventualmente não estejam em conformidade legal com a legislação ambiental, irrelevância em função da existência de outras premiações da mesma natureza, premiação das mesmas empresas ao longo do tempo de duração do incentivo e criação de expectativas pelos turistas e mercados emissivos.

#### • Oportunidades

Esse tipo de incentivo tem como potenciais oportunidades a visibilidade dada às empresas, aos destinos e ao poder público, além da atração natural das empresas por busca de reconhecimento dos negócios como forma de diferenciação no mercado.

#### • Viabilidade técnica

A viabilidade técnica desse incentivo pode ser considerada alta. As oportunidades indicadas criam um ambiente favorável, além da alta atratividade proporcionada pelo tema do turismo sustentável na sociedade, nos governos e na mídia em geral. O grau de sucesso da implementação depende do esforço em criar um prêmio com a credibilidade necessária para um processo dessa natureza.

O incentivo ao turismo sustentável por meio de premiação tem grau de dificuldade técnica relativamente baixo, sendo a construção de critérios bem-definidos e um processo bem-estruturado



para a premiação às questões mais críticas de implementação. Além disso, serão necessários investimentos em promoção e divulgação para garantir visibilidade ao prêmio e às empresas e governos locais premiados.

Uma alternativa que deve ser considerada para esse tipo de incentivo é a busca de parcerias de diversas partes interessadas, assim como o estabelecimento de parceria com premiações já estabelecidas, como é o caso do Prêmio Brazil de Sustentabilidade, que já está na sua 8ª Edição e detém credibilidade no segmento do turismo.

#### **b. Promover as empresas que adotam práticas sustentáveis e as empresas certificadas nas ações de marketing turístico**

##### **• Objetivo**

O objetivo desse mecanismo de incentivo também é criar a cultura da sustentabilidade, divulgando as práticas, iniciativas, empresas e destinos que adotam sustentabilidade nos seus negócios, usando os instrumentos oficiais existentes de promoção do Estado de Mato Grosso como sites, eventos, participação em feiras internacionais, elaboração de folders, flyers, entre outros.

##### **• Atividades**

As atividades para a adoção desse mecanismo de incentivo incluem a definição de um processo contínuo de monitoramento das práticas sustentáveis e a concepção de como fazer a diferenciação das empresas e dos destinos sustentáveis nos instrumentos de promoção.

##### **• Riscos**

Os principais riscos associados a esse tipo de iniciativa são: baixa quantidade e qualidade de iniciativas de sustentabilidade existentes, poucas empresas certificadas e criação de expectativas pelos turistas e mercados emissores.

##### **• Oportunidades**

Este tipo de incentivo tem como potenciais oportunidades a visibilidade dada às empresas, aos destinos e ao poder público, que terão destaque em relação a outras empresas e destinos, como forma de diferenciação no mercado.

##### **• Viabilidade técnica**

Este mecanismo de incentivo tem alta viabilidade técnica. As oportunidades indicadas criam um ambiente favorável, além da alta atratividade proporcionada pelo tema do turismo sustentável na sociedade, nos governos e na mídia em geral. Nesse caso, o esforço de implementação é bem menor do que o mecanismo I.a (premiação), contudo, deve-se considerar os riscos identificados.

## II. INCENTIVOS ECONÔMICOS

### a. Conceder isenção fiscal para investimentos em turismo sustentável

#### • Objetivo

Esse tipo de mecanismo de incentivo visa a estimular a realização de investimentos que tenham como foco a abordagem de sustentabilidade como forma de ampliar as práticas adotadas e o nível de desenvolvimento atual das empresas e destinos.

#### • Atividades

As atividades para esse mecanismo de incentivo incluem a definição clara de que tipo de investimento seria considerado como de sustentabilidade, assim como os tipos de empresas, o tipo de imposto que teria isenção, qual a duração do benefício e o percentual aplicado de isenção fiscal.

#### • Riscos

Os principais riscos associados a esse tipo de iniciativa são: resistência da área econômica do Estado em dar isenções fiscais, descontinuidade em mudanças na gestão pública, natural burocracia que é estabelecida para a concessão de benefícios dessa natureza, baixa adesão das empresas e garantia de que os recursos estão sendo aplicados em investimentos sustentáveis.

#### • Oportunidades

Esse tipo de incentivo tem como principais oportunidades o estímulo às empresas que desejam investir na sustentabilidade dos seus negócios e o crescimento das ações, iniciativas e práticas de sustentabilidade no Estado.

#### • Viabilidade técnica

Esse mecanismo de incentivo tem grau médio de viabilidade técnica em função dos tipos de riscos indicados. Além disso, normalmente ele tende a ter um prazo maior de implementação, em particular na fase de adesão pelo mercado privado.

### b. Estabelecer fonte de financiamento com benefícios adicionais para empresas certificadas (Desenvolve MT)

#### • Objetivo

O objetivo desse tipo de mecanismo de incentivo é estimular a realização de investimentos que tenham como foco a abordagem de sustentabilidade. Neste caso, são utilizados como fontes de financiamento os mecanismos já implementados no Estado, como forma de ampliar as práticas adotadas e o nível de desenvolvimento atual das empresas e destinos.

#### • Atividades

O primeiro passo é identificar os mecanismos





atuais utilizados, em particular aqueles que poderiam ser incrementados com critérios para a adoção de práticas sustentáveis. Na sequência, são necessárias a sensibilização e a negociação com o agente da fonte de financiamento para implementação das modificações dos critérios dentro do quadro legal e regras já estabelecidas para a fonte de financiamento identificada.

#### • **Riscos**

Os principais riscos associados a esse tipo de iniciativa são: resistência do agente gestor da fonte de financiamento, descontinuidade em mudanças na gestão pública, natural burocracia estabelecida para a concessão de benefícios dessa natureza, baixa adesão das empresas e garantia de que os recursos estão sendo aplicados em investimentos sustentáveis.

#### • **Oportunidades**

Esse tipo de incentivo tem como principais oportunidades o estímulo às empresas que desejam investir na sustentabilidade dos seus negócios e o crescimento das ações, iniciativas e práticas de sustentabilidade no Estado.

#### • **Viabilidade técnica**

Esse mecanismo de incentivo tem grau médio de viabilidade técnica em função dos tipos de riscos indicados. Além disso, normalmente ele tende a ter um prazo maior de implementação, em particular de adesão pelo mercado privado.

# Monitoramento dos resultados

Os resultados da implementação do mecanismo de incentivo poderão ser monitorados por meio do uso de indicadores (KPIs).

Tipo de mecanismo de incentivo	
I.a Premiar as empresas que adotam práticas sustentáveis e as empresas certificadas	I.b Promover as empresas que adotam práticas sustentáveis e as empresas certificadas nas ações de marketing turístico
KPI (Indicadores)	
Número de empresas com práticas sustentáveis	
Número de empresas certificadas	
Número de fornecedores locais	
Número de empregos diretos e indiretos	
Percentual da receita bruta aplicado em iniciativas ambientais	
Percentual da receita bruta aplicado em iniciativas sociais	
Número de iniciativas ambientais	
Número de iniciativas sociais	



Tipo de mecanismo de incentivo	
II.a Dar isenção fiscal para investimentos em turismo sustentável	II.b Estabelecer fonte de financiamento com benefícios adicionais para empresas certificadas (Desenvolve MT)
KPI (Indicadores)	
Número de empresas com práticas sustentáveis (financiadas)	
Número de empresas certificadas (financiadas)	
Número de fornecedores locais (beneficiados a partir do financiamento)	
Número de empregos diretos e indiretos gerados com o investimento	
Percentual da receita bruta aplicada em iniciativas ambientais (a partir do investimento)	
Percentual da receita bruta aplicada em iniciativas sociais (a partir do investimento)	

## Transparência e comunicação

Seja qual for o mecanismo de incentivo adotado, o processo deve ser implementado desde o início dentro do princípio de transparência, estabelecendo um constante sistema de consulta e comunicação com as partes interessadas.

Esta abordagem permitirá dar credibilidade ao mecanismo de incentivo adotado, assim como aumentará a probabilidade de obtenção de resultados positivos, além de fortalecer o próprio sistema de governança do turismo no Estado de Mato Grosso.





## **ANEXO I – OS PRINCÍPIOS DE TURISMO SUSTENTÁVEL**

### **Princípio 1**

#### **Gerenciar o turismo sustentável de forma eficaz**

Estabelecer e/ou promover processos éticos de negócios que busquem o engajamento dos envolvidos em responsabilidade corporativa (social, econômica e ambiental), aumentando o compromisso de destinos e negócios com a sustentabilidade na elaboração e implementação de missões, objetivos, estratégias, planos e processos de gestão.

### **Princípio 2**

#### **Garantir os direitos das populações locais**

Buscar e promover mecanismos e ações de responsabilidade social, ambiental e de equidade econômica, inclusive o respeito e a defesa dos direitos humanos e de uso da terra, mantendo ou ampliando, em médio e longo prazos, a dig-

nidade dos trabalhadores e comunidades envolvidas. As operações e práticas da organização devem reconhecer, promover e respeitar o patrimônio cultural das regiões e as tradições e os valores culturais não predatórios, além de contribuir para o desenvolvimento social e econômico dos trabalhadores e comunidades envolvidas em sua cadeia produtiva.

### **Princípio 3**

#### **Conservar o ambiente natural e sua biodiversidade**

Considerando o contexto social e econômico existente, adotar práticas de mínimo impacto sobre o ambiente natural, monitorando e mitigando efetivamente os impactos negativos, de forma a contribuir para a manutenção das dinâmicas e os processos naturais em seus aspectos paisagísticos, físicos e biológicos.



#### **Princípio 4**

##### **Considerar o patrimônio cultural e os valores locais**

Reconhecer e respeitar o patrimônio histórico-cultural dos destinos turísticos. As atividades turísticas devem ser planejadas, implementadas e gerenciadas em harmonia com as tradições e os valores culturais, colaborando para a sua conservação e o seu desenvolvimento.

#### **Princípio 5**

##### **Estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos**

Contribuir para o fortalecimento da economia local, a qualificação das pessoas, a geração crescente de trabalho, emprego e renda, e o fomento da capacidade local de desenvolver empreendimentos turísticos conforme sua vocação.

#### **Princípio 6**

##### **Garantir a qualidade dos produtos e processos do turismo**

Avaliar e atender às expectativas do turista, estabelecendo, documentando, divulgando e reconhecendo padrões de higiene, segurança, atendimento, informação e educação ambiental.

#### **Princípio 7**

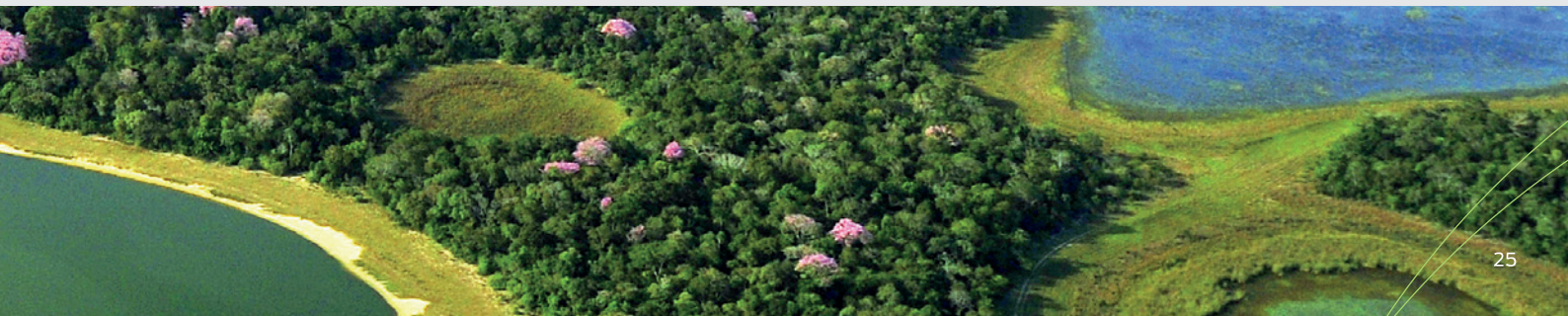
##### **Estimular a segurança nos destinos**

Contribuir para a segurança nos destinos, aumentando os níveis de segurança, proteção e conforto da população local e dos turistas.

#### **Princípio 8**

##### **Respeitar a legislação vigente**

Identificar e estar ciente dos requisitos legais aplicáveis.











SEDEC  
Secretaria  
de Estado de  
Desenvolvimento  
Econômico



Governo do  
**Mato  
Grosso**



**PAGE**

**ONU**   
programa para o  
meio ambiente



*Serviço de Apoio às  
Micro e Pequenas Empresas  
Mato Grosso*